



A INCLUSÃO ESCOLAR NA CIDADE DE AREIA (PB): CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Edvaldo de Souza Silva (1); Rachel Azevedo Maia (1); Ana Claudia de Lima Araújo (2); Maria Betania Hermenegildo dos Santos (4); Dayse das Neves Moreira (4)

UFPB-Universidade Federal da Paraíba - Campus II. Centro de Ciências Agrárias – CCA

daysemoreira@cca.ufpb.br

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme a Constituição Federal de 1988, a qual cita que, em relação a educação das pessoas com deficiência, “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, artigos 206, 208).

Dentre os principais documentos mundiais que visam à inclusão escolar, a declaração de Salamanca é um acordo internacional emblemático para a agenda da educação, do qual o Brasil se fez signatário há 20 anos. Segundo a Declaração de Salamanca, a educação de pessoas com deficiências é parte integrante do sistema educacional assegurada pelos Estados, que devem se empenhar na formulação de políticas públicas que rompam com a estrutura excludente das instituições escolares e as transformem em espaços capazes de atender aos alunos com diferentes condições de vida e necessidades educacionais. Assim, as escolas devem acolher todas as crianças “independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 1997, p. 17).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 2001) sugerem uma mudança no ensino e práticas pedagógicas da escola. Portanto, uma escola inclusiva implica em uma escola regular que proponha não somente um projeto político pedagógico que favoreça a inclusão social, mas também a sua consolidação por meio do currículo, metodologia, avaliação e estratégias de ensino que atendam todos os alunos. É importante ressaltar a definição de incluir apresentada por Fávero (2004):

INCLUIR significa, antes de tudo, “deixar de excluir”. Pressupõe que todos fazem parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos. Assim, para “deixar de excluir”, a inclusão exige que o Poder Público e a sociedade em geral



ofereçam as condições necessárias para todos (FÁVERO, 2004, p. 38)

Nessa perspectiva, “as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.” (BRASIL, 1997, sessão III). Por outro lado, para oferecer uma educação de qualidade aos alunos com deficiências, sejam estas motoras ou intelectuais, a escola precisa compreender as necessidades destes estudantes, a fim de que façam parte do sistema educacional como um todo. Além disso, a capacitação e formação continuada dos professores é fundamental a fim de que eles tenham suporte pedagógico para proporcionar o acesso e a compreensão dos conteúdos curriculares aos estudantes. Ressaltamos aqui que quaisquer alunos podem apresentar necessidades especiais em um determinado período da sua trajetória escolar, as quais também demandam de estratégias educacionais para a sua superação.

A escola regular não é a única instituição a se preocupar com o atendimento e desenvolvimento de estudantes com deficiência. Historicamente, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) vem exercendo um papel fundamental nesse contexto, tanto no âmbito clínico quanto pedagógico, proporcionando ainda a sociabilidade por meio da interação entre aqueles que apresentam algum tipo de deficiência. Desse modo, a APAE busca a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus diversos ciclos de vida - crianças, adolescentes, adultos e idosos - proporcionando-lhes o pleno exercício da cidadania.

Considerando o contexto atual que visa a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, apresentamos neste trabalho o cenário atual de instituições escolares (públicas e privadas), de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio e da APAE, destacando o perfil dos estudantes atendidos e uma análise das práticas pedagógicas que vem sendo propostas.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, elaboramos um questionário com 12 perguntas discursivas para realizar a coleta de dados, com a finalidade de obtermos informações acerca do recebimento e atendimento de estudantes com deficiência nas instituições de ensino da cidade de Areia (PB), bem como as estratégias pedagógicas que os professores utilizam para inclusão do público-alvo. Direcionamos o questionário para questões que nos permitissem traçar um perfil dos estudantes de cada instituição escolar, como: o acesso à inclusão escolar; a quantidade de deficientes presentes; as deficiências que apresentam; o perfil e, finalmente, as dificuldades



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

opiniões e propostas sobre o tema abordado enfrentado pelos profissionais em cada instituição. O questionário foi aplicado a profissionais de duas instituições de ensino: uma escola privada de ensino fundamental, reconhecida na cidade por receber estudantes com diversas deficiências. Neste caso, os questionários foram respondidos exclusivamente por professores de turmas que possuem alunos com deficiência; na APAE, que desempenha um trabalho exclusivo para pessoas com deficiência, o questionário foi respondido por 6 profissionais que atuam na instituição. Nas escolas da rede pública da cidade realizamos a coleta de dados por meio de entrevistas com os gestores, as quais estavam associadas às perguntas elaboradas previamente para o questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pensar em inclusão significa, sobretudo, pensar na conquista e no exercício da cidadania. As instituições de apoio juntamente com as escolas devem estabelecer um espaço privilegiado para os indivíduos adquirirem um saber que lhes permita reconhecer seus direitos (e deveres), exigir sua aplicação e compreender a necessidade de exercê-los. Neste contexto, iniciamos a análise dos questionários e entrevistas verificando o número de estudantes com deficiência que estão matriculados atualmente nas instituições escolares avaliadas (Figura 1).

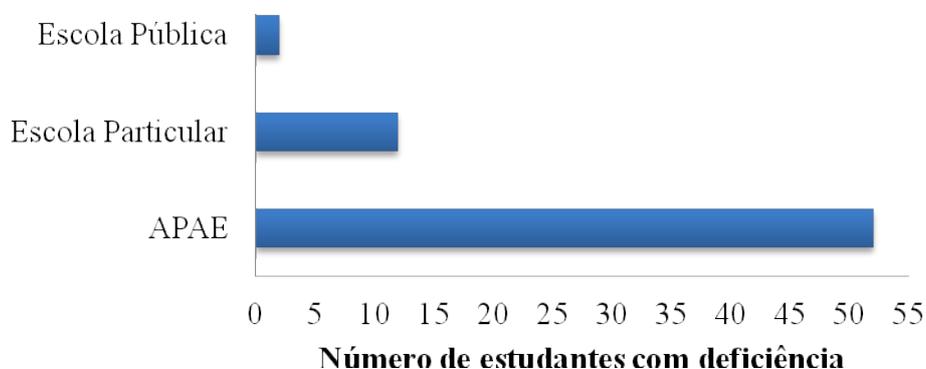


Figura 1. Número de estudantes com deficiência por instituição escolar. Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados obtidos indicam que a APAE possui um número superior de alunos em relação às demais instituições, correspondendo a 79% das matrículas. O percentual apresentado já era esperado, já que a APAE é uma instituição especializada para alunos com deficiência. Quando comparamos o número de alunos presentes nas escolas pública e privada, percebemos que a inclusão escolar ainda não é uma realidade do sistema público estadual de ensino nesta cidade. Destacamos que as 6 professoras vinculadas a APAE possuem formação em Pedagogia, exceto uma



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que possui licenciatura em Ciências Biológicas e uma faixa etária entre 30 e 40 anos. Essas profissionais atendem a um total de 52 crianças e/ou adultos, com faixa etária de 3 a 55 anos, as quais foram diagnosticadas com as seguintes doenças: autismo, paralisia cerebral, hiperatividade infantil, síndrome de Down e deficiência mental ou intelectual. A instituição proporciona diversas atividades a esses alunos, como artes e recreação, que são comuns a todos, e atividades físicas e equoterapia, que são para casos específicos. Dos 52 alunos, apenas 24 frequentam a escola regular e poucos sabem ler e escrever. As avaliações quanto ao desempenho cognitivo são realizadas por meio de registros diários e observações. As professoras não citam as atividades que realizam e como quantificam o desempenho e evolução dos alunos.

A escola privada de ensino fundamental regular possui 6 turmas com alunos diagnosticados com algum tipo de deficiência. Assim, os questionários foram direcionados as 6 professoras com formação em Pedagogia que lecionam nas respectivas turmas. Um total de 12 alunos com deficiência são atendidos nesta escola, os quais estão distribuídos em turmas diferentes variando de 1 a 4 alunos por turma, com faixa etária de 3 a 18 anos. Os alunos desta escola apresentam as seguintes deficiências: hiperatividade infantil, paralisia cerebral, síndrome de Down, deficiência motora e autismo, sendo esta última a mais incidente, correspondendo a 59% do total de alunos matriculados na instituição. Embora a inclusão escolar seja uma realidade nessa instituição, algumas professoras ressaltam a dificuldade enfrentada em relação à socialização dos alunos deficientes com os demais. Destacamos a opinião de duas professoras quando questionadas sobre o processo de socialização: “As síndromes acometem a socialização, pois as crianças se fecham em um mundo só deles.”; “Ele não fala e isso dificulta bastante como também não demonstra interesse em brincar com os outros.” Afirnam.

As avaliações quanto ao desempenho cognitivo dos alunos são realizadas através de registros diários e observações, atividades direcionadas e brinquedos pedagógicos. Apenas dois dos alunos sabem ler e escrever e 6 deles estão em processo de alfabetização. Com relação a instituições de apoio à criança com deficiência, apenas quatro alunos recebem a assistência da APAE, CAPS e AACD.

Nas duas instituições públicas estaduais de ensino fundamental e médio realizamos a coleta de dados por meio de uma entrevista com os gestores escolares. Em uma delas não há alunos com deficiência matriculados na escola em questão. A gestora informou que a escola não possui infraestrutura para receber alunos que por ventura queiram se matricular e que não há incentivo do governo para o recebimento desses alunos. Porém, a outra instituição possui dois alunos com



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

deficiência matriculados no ensino médio, com idades de 15 e 16 anos, um com deficiência motora e outro com deficiência auditiva, respectivamente. Destacamos que as avaliações quanto ao desempenho cognitivo desses alunos são iguais aos demais estudantes, com exceção da disciplina de educação física. A gestora desta escola ainda destacou não possuir nenhuma dificuldade em trabalhar a socialização dos dois jovens e que o colégio tem incentivo do governo para receber alunos com deficiência, ressaltando ainda que a escola recebeu do governo aparelhos auditivos para a aluna com deficiência e para os professores que lecionam na sua turma.

CONCLUSÃO

Em conformidade com a análise das informações, podemos concluir que é importante pensar em atividades de inclusão no ambiente escolar, mudanças na infraestrutura dos edifícios escolares, além da formação contínua dos professores, para que estes possam proporcionar a assistência necessária aos alunos. Os professores precisam dispor de recursos metodológicos e pedagógicos adequados para que possam ser aplicados em aulas da rede regular de ensino e não como um modelo segregacional. São mudanças imprescindíveis, pois não podemos falar em inclusão sem que haja ajustes de cada unidade escolar e adaptações curriculares, as quais não se limitam apenas ao âmbito da acessibilidade física, mas também da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Curriculares Nacionais para Educação Especial. – São Paulo: MEC/SEESP, 2001. 79p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2016.

Diamante do Norte - *APAE, Brasil* – Paraná. Disponível em: <<http://diamantedonorte.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=11736>> Acesso em 15 de agosto de 2016

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, PANTOJA, Luisa de Marillac P. e MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. 2. ed. rev. e atualiz. Brasília: PFDC, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária Nacional dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca, e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. 2. ed. Brasília:CORDE, 1997.